

# ESTUDOS I



FACULDADE de ECONOMIA da UNIVERSIDADE do ALGARVE

# ESTUDOS I

---

**Cidadania, Instituição e Património**

**Economia e Desenvolvimento Regional**

**Finanças e Contabilidade**

**Gestão e Apoio à Decisão**

**Modelos Aplicados à Economia e à Gestão**

**A Faculdade de Economia da Universidade do Algarve**



Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

2004

## COMISSÃO EDITORIAL

António Covas  
Carlos Cândido  
Duarte Trigueiros  
Efigénio da Luz Rebelo  
João Albino da Silva  
João Guerreiro  
Paulo M.M. Rodrigues  
Rui Nunes

---

## FICHA TÉCNICA

### **Faculdade de Economia da Universidade do Algarve**

Campus de Gambelas, 8005-139 Faro  
Tel. 289817571 Fax. 289815937  
E-mail: ccfeua@ualg.pt  
Website: www.ualg.pt/feua

#### ***Título***

Estudos I - Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

#### ***Autor***

Vários

#### ***Editor***

Faculdade de Economia da Universidade do Algarve  
Morada: Campus de Gambelas  
Localidade: FARO  
Código Postal: 8005-139

#### ***Compilação e Design Gráfico***

Susy A. Rodrigues

#### ***Revisão de Formatação e Paginação***

Lídia Rodrigues

#### ***Fotolitos e Impressão***

Serviços Gráficos da Universidade do Algarve

#### ***ISBN***

972-99397-0-5 - Data: 26.10.2004

#### ***Depósito Legal***

218279/04

#### ***Tiragem***

500 exemplares

#### ***Data***

Novembro 2004

**RESERVADOS TODOS OS DIREITOS  
REPRODUÇÃO PROIBIDA**

# Do propósito de desenvolvimento económico e social, à realidade das assimetrias: O caso de Alcoutim

**Hélder Carrasqueira<sup>1</sup>**

*Escola Superior de Gestão Hotelaria e Turismo, Universidade do Algarve*

**Lídia Rodrigues**

*Faculdade de Economia, Universidade do Algarve*

## Resumo

No último quarto do séc. XX, Portugal fez um esforço notório de aproximação dos seus níveis de desenvolvimento aos da média da União Europeia, em que se insere. Beneficiando de significativos apoios comunitários, podemos considerar que, no geral se fizeram progressos significativos. Porém, no dealbar do séc. XXI, quando nos debruçamos sobre a realidade nacional, verificamos que existe uma dualidade territorial para além da média de desenvolvimento: o país do litoral e o do interior. São as denominadas assimetrias do desenvolvimento, a que não é estranho o modelo económico vigente, que privilegia as economias de aglomeração, a urbanização da sociedade, onde se concentram a oferta de emprego, o ambiente sociocultural, educativo e de desporto lazer, particularmente valorizado pela sociedade actual. Este modelo, exerce um poder de atracção que designaremos de *efeito eucalipto*, pois tende a secar (desertificar) os territórios à sua volta que não acompanham a sua evolução.

Ao encontro desta perspectiva, abordaremos o caso de Alcoutim, um exemplo de como numa pequena região, o Algarve, que está acima da média de poder de compra nacional, coexiste um concelho com indicadores de envelhecimento, dependência ou poder de compra tão confrangedores, o que origina um êxodo populacional que levará à sua extinção (como tentaremos demonstrar ao longo deste artigo), se nada for feito para contrariar o ciclo em que mergulhou.

Neste contexto, não nos propomos contrariar o modelo de desenvolvimento vigente à volta da actividade motriz da região, o turismo, mas tão somente, propor a sua extensão, em braços complementares e de forma equilibrada ao seu interior. Esta é, a nosso ver, a melhor forma de preservar o que resta da cultura da serra, pois tudo se perderá se toda a população abandonar o seu espaço comunitário.

A situação de Alcoutim é tanto mais difícil de compreender quando se trata de uma especial interioridade, cuja sede de concelho se encontra em linha recta a pouco mais de trinta Kms do litoral e é servida por uma auto-estrada fluvial denominada Rio Guadiana.

**Palavras Chave:** Assimetrias; Desenvolvimento; Alcoutim.

## Abstract

During the last quarter of the 20th century, Portugal has undergone an enormous effort, in order to come closer to the average development level achieved by the other European Community countries. By benefiting from E.C. financial support, Portugal has made significant progress. However, at the very dawn of the 21<sup>st</sup> century,

---

<sup>1</sup> Doutorando em Economia, especialidade de Planeamento e Política Económica, da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve.

if we consider the Portuguese state of affairs, we notice a territorial duality: the coastline and the inland. These are the development asymmetries, caused by the present economic model, which emphasizes and values aggregate economies and urban societies, in which job supply, socio-cultural, educational, and leisure environment are concentrated. This model exerts a powerful effect of attraction, to which we call “eucalyptus effect” because, as the tree, so the model tends to “dry out” all the territories that have no conditions to accompany this tendency.

The Algarve is a small region in which the purchase power consumer is situated above national average. Nevertheless, there is Alcoutim, the aim of our research, a municipality which shows aging index rates, dependency rate and purchase power consumer, all revealing problematic performances. These will lead to the human desertification of the territory and, if this tendency is not inverted, there will be, eventually, population extinction (as we will try to demonstrate).

Considering this, it is not the authors’ intention to contradict the present development model, which is mainly based on the tourism activity. We stand for the enlargement of this model to the less developed inland, if only it could be implemented in a balanced manner, focusing on previously designated areas. This would be, in our point of view, the best way to preserve what still remains of traditional and cultural values, which would obviously be lost if the local population should abandon the site.

The situation in Alcoutim is hard to understand, considering that this village is situated only about 30 km (measured in a straight line) from the coast, and lies on the right bank of the Guadiana River, a fluvial “high-way”.

**Key words:** Asymmetries; Development; Alcoutim.

## **1. Das necessidades de crescimento ao esforço de desenvolvimento**

Uma das orientações das sociedades mais avançadas na segunda metade do séc. XX foi a promoção do desenvolvimento, visando o progresso social no sentido de uma melhor sociedade. Aceitando que o crescimento, expresso em regra por um aumento continuado do produto, é indispensável ao desenvolvimento, este pressupõe o alcance de fins que transcendem o económico, que servem a justiça ou a independência ou a cultura, ou mais sinteticamente, a qualidade de vida e a felicidade (Dufour, 1973).

Como refere o professor Simões Lopes (Lopes, 1984), estes ideais foram claramente referenciados na Constituição da República Portuguesa desde 1976, ao se dispor de forma inequívoca, de metas globais e parcelares que apontam para a qualidade de vida e para o desenvolvimento em geral, conceitos que se associam a directrizes de equilíbrio e justiça, tendo como fim último a redução das assimetrias a todos os níveis. No referido documento, ficam ainda consagradas orientações relativas às bases da organização espacial da sociedade, quando se refere que se devem colocar à disposição da população a habitação, equipamentos de saúde e educação, onde quer que resida. Aponta-se ainda para o ordenamento do espaço de modo a construir paisagens economicamente equilibradas e o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e estabilidade económica.

Estas intenções, foram nomeadamente levadas à prática com a obra implementada pelo poder local, pelas acções tidas como estruturantes pela administração central e com o forte impulso dos fundos comunitários vindos da União Europeia (U.E.). Existindo múltiplos indicadores que o atestam, a aproximação à média da U.E. pelo PIB *per capita* tem sido correntemente utilizada para o comprovar, como se pode constatar no quadro abaixo, tendo de concluir-se em termos globais, estarmos perante um bom desempenho.

**Quadro n.º 1- Aproximação à média da União Europeia (PIB *per capita*; EU 15=100)**

	1986	1988	1990	1992	1994	1996	1998	2000
Portugal	53	54	56	67	70	70	72	68
Algarve	--	54	--	59	--	71	76	70

Fonte: Portugal - A Europa em Números, 5ª ed, 2002;

Algarve - O Algarve em Números, CCRA; Valor de 2000 in Eurostat, Statistiques Generales, theme 1-2003 Regions;

## 2. Assimetrias: o Índice de Desenvolvimento Humano

Porém os bons resultados globais não conseguiram travar as tendências de urbanização das populações pelo que no litoral (1/4 do território do continente) estão concentrados 3/4 da população portuguesa, que origina 4/5 do PIB<sup>1</sup>. Sem população, os equipamentos no interior tornam-se inviáveis (ex. Correios, tribunais, escolas, centros de saúde) e até a própria existência da Câmara pode estar em causa. Assim, muito do investimento realizado no último quarto de século será perdido, indo as pessoas para as áreas de concentração populacional, onde serão necessários mais escolas, hospitais e mais estradas (que passarão as filas de trânsito para umas centenas de metros adiante). São as deseconomias de escala com os seus custos de ineficiência. Esta realidade também se verifica no Algarve, com 82,87 % da população a residir no litoral. É neste contexto que vamos abordar o Concelho de Alcoutim no sentido de melhor tentar compreender esta realidade, usando por vezes o Concelho de Faro, como termo de comparação.

Uma forma alternativa de medir o desenvolvimento (ou bem estar) das populações é através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pela ONU em 1990 através do PNUD<sup>2</sup>, com a finalidade de efectuar uma comparação entre os diversos países quanto ao seu nível de desenvolvimento. Neste sentido, integra no seu cálculo algumas componentes que ajudam aquela caracterização, usando três elementos considerados como relevantes visando uma avaliação da respectiva situação económica e social:

- a longevidade das populações, medida através da Esperança de Vida à Nascimento (EVN);

<sup>1</sup> Na projecção do Prof. Vasconcelos e Sá, em 2005 viverão 2/3 da população em 1/5 do território, estando 80% da riqueza transformadora concentrada em Lisboa, Porto, Aveiro, Setúbal e Coimbra - in "Portugal daqui por 10 anos" pp.112. Segundo o estudo "Perspectivas de Urbanização no Mundo", Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da ONU, em 2015, viverão na Grande Lisboa 45,3% do total da população portuguesa (4 544 000) in *Expresso Economia* de 13.09.03.

<sup>2</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

- O Nível Educacional (NE), obtido a partir da Taxa de Alfabetização de Adultos e da Taxa de Escolaridade Conjunta dos níveis de ensino primário, secundário e superior;
- A situação económica do país, apurada pelo PIB real *per capita* (PIBpc), calculado com base na paridade de poder de compra.

A operacionalização do IDH<sup>3</sup> permite hierarquizar os países a nível mundial, sendo que, aqueles que apresentarem um valor superior a 0,800 considera-se que terão um desenvolvimento humano elevado, 0,500 a 0,799 médio e inferior a 0,500 reduzido. Assim, o que aqui propomos, é a aplicação desta metodologia (vide anexo I) aos concelhos de Faro e Alcoutim pelo que o resultado obtido foi o seguinte:

**Quadro n.º 2 - Cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano dos Concelhos de Faro e de Alcoutim.**

Variáveis para o cálculo do IDH	Faro	Alcoutim
Esperança de Vida à Nascimento (Anos)	0,815	0,749
Nível Educacional (%)	89,6 %	71,6%
PIB real <i>per capita</i> ajustado (USD)	0,923	0,715
Cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano		
	FARO	ALCOUTIM
	$IDH = \frac{0,815 + 0,896 + 0,923}{3} = 0,878$	$IDH = \frac{0,749 + 0,716 + 0,715}{3} = 0,726$

Fonte: Elaborado pelos autores.

Mediante o resultado alcançado, vamos agora colocar os dois concelhos na respectiva ordem internacional, sendo que também incluímos no lado direito a hierarquia através do PIBpc:

$${}^3 I_{IDH} = \frac{I^{EVN} + I^{NE} + I^{PIB_{pc}}}{3}$$

**Quadro n.º 3 – Ordenação dos países segundo o IDH e do PIB *per capita*.**

Ordem segundo o IDH			Ordem segundo o PIB <i>per capita</i> (USD)		
1	Noruega	0,944	1	Luxemburgo	53 780
2	Islândia	0,942	2	Estados Unidos	34 320
3	Suécia	0,941	3	Irlanda	32 410
4	Austrália	0,939	4	Islândia	29 990
5	Holanda	0,938	5	Noruega	29 620
6	Bélgica	0,937	6	Dinamarca	29 000
7	Estados Unidos	0,937	7	Suíça	28 100
8	Canadá	0,937	8	Holanda	27 190
23	Portugal	0,896	13	Alemanha	25 350
30	Coreia do Sul	0,879	14	Faro	25 229
31	Faro	0,878	30	Portugal	18 150
103	Cabo Verde	0,727	64	Brasil	7 360
103	Alcoutim	0,727	65	Alcoutim	7 260
164	Angola	0,377	132	Angola	2 040

Fonte: Relatório do PNUD de 2003; cálculos dos autores para Alcoutim e Faro.

Do quadro acima se extrai que Faro apresenta um IDH elevado, típico dos países desenvolvidos (se bem que inferior ao valor global de Portugal), enquanto Alcoutim apresenta um valor médio, estando ao nível de Cabo Verde. Na ordem do PIBpc, Faro apresenta o valor mais elevado, claramente superior á media nacional<sup>4</sup>, enquanto Alcoutim se fica pelo nível do Brasil (o PIBpc de Alcoutim é de apenas 28,8% de Faro). Note-se entretanto que a posição específica de IDH de Alcoutim é claramente inferior à do PIB o que é penalizante em termos de condições/qualidade de vida das populações.

Neste contexto, propomo-nos abordar mais de perto a realidade de Alcoutim que nos conduz a este valor em termos de desenvolvimento humano e a clara e crescente assimetria que se verifica em relação a Faro e ao litoral sul do Algarve em geral.

### **3. Características da interioridade:**

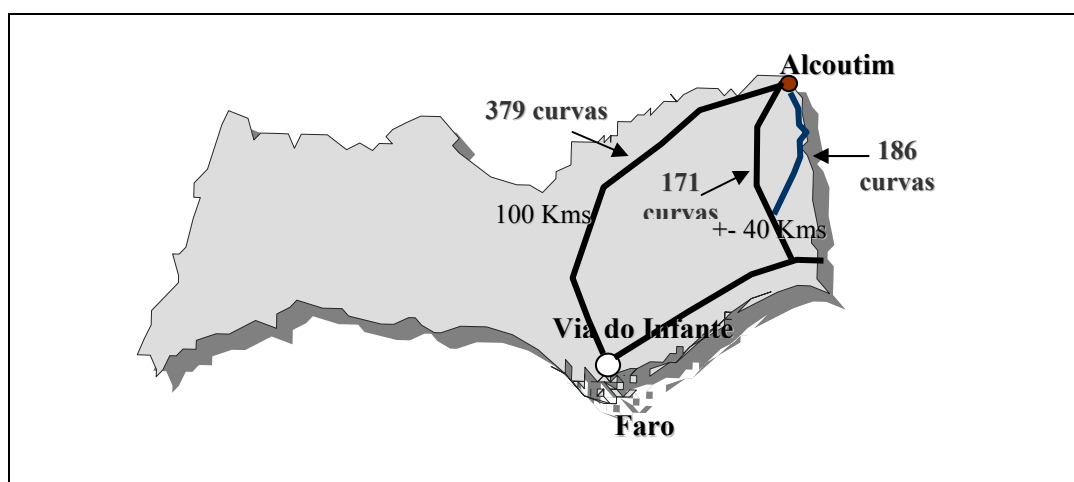
#### **3.1. Acessibilidades e factores geográficos**

Na verdade, Alcoutim personifica uma estranha interioridade pois, em linha recta, a sede de concelho está a 55 Km de Faro e dista 33 Km do litoral. Porém tudo muda quando passamos para as rodovias pois a revolução que o país experimentou a

<sup>4</sup> No estudo sobre o “Poder de Compra Concelhio em Portugal” do INE realizado em 2002, Faro aparece em sétimo lugar a nível nacional, com um valor de 139,05 e o Algarve com 108,78 (média nacional =100), enquanto Alcoutim se quedava pelo valor de 40,13%; se Alcoutim crescesse a 1,68% ao ano, e o Algarve a 0,462% (situação que se verificou entre 1997 e 2002), o concelho serrano levaria 131 anos a atingir o nível médio de poder de compra da região, resultante da aplicação da relação  $Y_a(1+a)^n = Y_A(1+A)^n$  – ver anexo II;

este nível, apenas chegou a Alcoutim na “lisura” do asfalto mas não na correcção dos traçados que o seu território natural determina como tortuosos. Assim, ao longo de um percurso de 100 Km entre Faro e Alcoutim, pela antiga E.N.2 seguindo depois pela E.N.124, deparamo-nos com 379 curvas até chegar ao destino. O outro percurso alternativo de aproximadamente 40 Km entre Alcoutim e a Via do Infante, pela E.N.122 (via Azinhal), apresenta-nos 171 curvas a transpor. Se escolhermos o percurso à beira do Rio Guadiana, tomando antes de Odeleite a E.M.507, o cenário não é muito diferente ao nos depararmos com 186 curvas. A construção recente do IC27 com cerca de 20 Km, trouxe a possibilidade de nestes dois últimos percursos, se poder reduzir em 65 o número de curvas a transpor.

**Figura n.º 1 – Mapa das acessibilidades ao concelho de Alcoutim.**



Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto à tão proclamada ponte Alcoutim-San Lucar continua uma promessa adiada, se bem que pareça evidente o seu interesse, não apenas para o concelho mas para todo o interior leste do Algarve e Alentejo.

Acrescem factores geográficos tais como solos xistosos, esqueléticos e com acentuado declive, associado a escassez de recursos hídricos, fazendo com que todo o território do concelho, esteja considerado pela Carta de Solos do País entre os 35% do território nacional, com um grau potencial de desertificação muito elevado<sup>5</sup>. Associado ao já referido, também as formas de ocupação humana e de exploração do solo, baseada em pequenas parcelas e numa agricultura de subsistência, constituem uma marginalidade geográfica que é a base da perifericidade do concelho e um dos maiores constrangimentos ao seu desenvolvimento.

### 3.2 Investimento Privado e Público

Pelas circunstâncias atrás descritas, quer em termos geográficos quer populacionais, não custa imaginar as dificuldades que a iniciativa privada enfrenta para o seu desenvolvimento ou manutenção. O sector primário enfrenta o problema da sua desvalorização em termos de *status* social e profissional, associado a diferenças salariais importantes quando comparado com as actividades terciárias do litoral, pelo que é repulsivo para os jovens; o secundário, com a honrosa excepção à volta da

<sup>5</sup> in Público, “Mais de um terço de Portugal em risco de desertificação” 17-06-2003;

panificação, quase não existe; o terciário, assenta nomeadamente nos serviços públicos pois o turismo, motor da região, regista neste concelho uma capacidade de alojamento de zero camas<sup>6</sup>. Neste contexto, não surpreende que o número de empresas seja de 0,64% do total do Algarve<sup>7</sup> nem que relativamente ao benefício dos fundos comunitários SIR e RIME adiante apresentados, tenha visto aprovados um total de dois projectos contra quarenta de Faro. Se a isto acrescermos que a média etária da população é de 53 anos, como adiante veremos, e a taxa de analfabetismo era de 29,4% em 2001, percebemos que a capacidade para empreender é assaz reduzida.

**Quadro n.º 4 – Incentivos ao investimentos provenientes de Fundos Comunitários<sup>8</sup>**  
**ALCOUTIM.**

<b>PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO</b>	<b>N.º DE PROJECTOS APROVADOS</b>	<b>INVESTIMENTO ELEGÍVEL</b>	<b>COMPARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA</b>
<i>1995-1999</i>			
RIME (Out/95 a Dez/96)	1	3 067	219
RIME (Marc/97 a Ago/97)	1	2 350	2 350
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>5 417</b>	<b>2 569</b>

Fonte: CARDOSO, Carlos, *Fichas Concelhias*, CCRA. – (Valores em 10<sup>3</sup> Esc.)

**Quadro n.º 5 – Incentivos ao investimentos provenientes de Fundos Comunitários – FARO.**

<b>PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO</b>	<b>N.º DE PROJECTOS APROVADOS</b>	<b>INVESTIMENTO ELEGÍVEL</b>	<b>COMPARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA</b>
<i>1995-1999</i>			
SIR (Out/94 a Jul/97)	2	97 493	43 545
RIME (Out/95 a Dez/96)	34	451 265	125 159
RIME (Marc/97 a Ago/97)	4	66 057	43 407
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>614 815</b>	<b>212 111</b>

Fonte: CARDOSO, Carlos, *Fichas Concelhias*, CCRA. – (Valores em 10<sup>3</sup> Esc.)

Face à incapacidade do sector privado, maiores responsabilidades cabem ao sector público. Ora neste caso, a administração central tende a concentrar as principais iniciativas nas áreas de maior concentração populacional o que não é manifestamente o caso de Alcoutim; por outro lado, o poder local tem as suas opções de acção limitadas pela sua capacidade de financiamento (as receitas municipais de Alcoutim em 2000 ficaram por 36,5% da média dos municípios do Algarve – ver anexo III), o que compromete seriamente o tipo de iniciativas a desenvolver. Se atendermos ao contexto

<sup>6</sup> in Região do Algarve em Números, INE, 2002, p.p. 18;

<sup>7</sup> in site do Ministério da Economia, Delegação do Algarve, 22-01-2004;

<sup>8</sup> Os apoios mencionados são relativos aos seguintes sistemas de incentivos:

Sistemas de Incentivo Regional (indústria, comércio, turismo e serviços);

Regime de incentivo às Micro Empresas (indústria, comércio, turismo, serviços e artesanato);

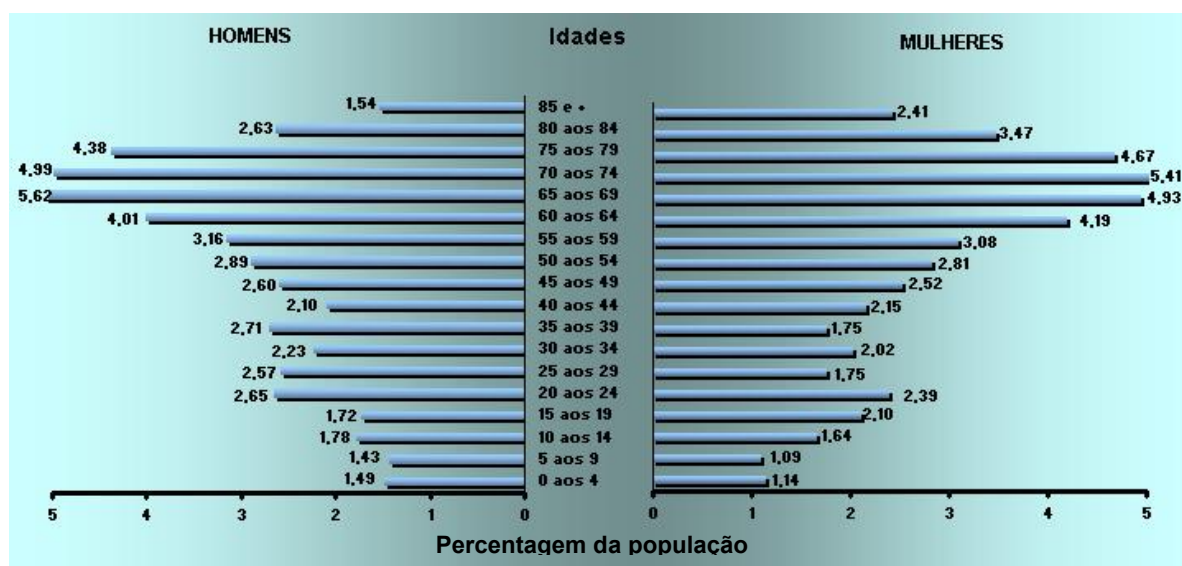
Regime de Incentivo às Micro Empresas (indústria, comércio, turismo e serviços).

da população residente, não custa imaginar que as obras propostas para co-financiamento à administração central sejam nas áreas de apoio à terceira idade, saúde e assistência social. Logo ficam limitadas as iniciativas visando o apoio às actividades produtivas, indutoras de crescimento económico e a criação de empregos.

### 3.3 Declínio Populacional

Em termos populacionais, Alcoutim foi o concelho que no Algarve teve maior declínio populacional entre 1981 e 2001, ou seja 28,35%. A sua pirâmide etária que apresentamos adiante é reveladora de uma população fortemente envelhecida em que predominam as classes com mais de 60 anos. O índice de envelhecimento entre 1981 e 2001 cresceu de 44,7% para 467,6% (no Algarve de 75,2% para 127,7%) e o índice de dependência total evoluiu no mesmo sentido de 72,3% para 94,6% (no Algarve de 58,4 para 49,8%) – ver anexo IV, incluindo indicadores homólogos (acrescidos da densidade populacional) para o Algarve, subdividido em Serra, Barrocal e Litoral.

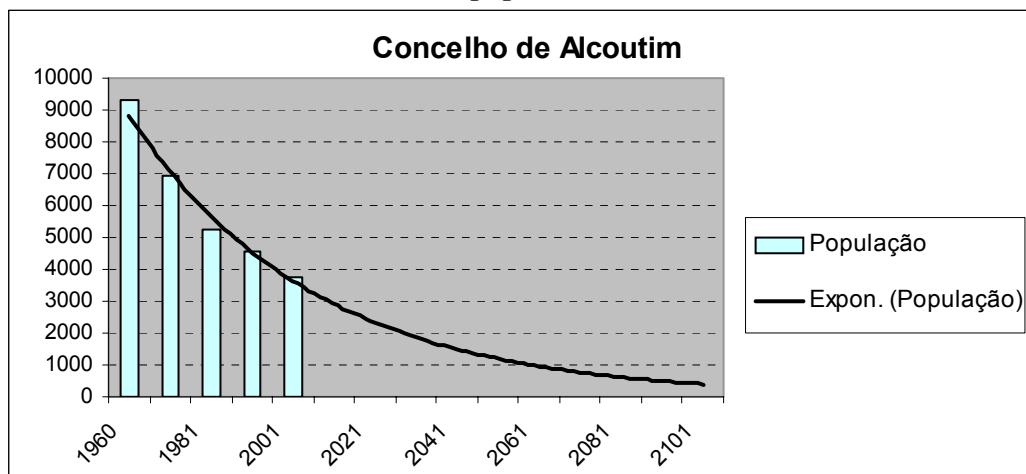
Figura n.º 2 - Pirâmide Etária do Concelho de Alcoutim – 2001.



Fonte: elaborado pelos autores, a partir de dados INE, 2001.

A situação populacional denunciada pela pirâmide etária é grave para o futuro do concelho pois não tendo actividades económicas ou outras que sejam atractivas para populações adultas em idade intermédia, corre simplesmente o risco de se extinguir a prazo como podemos constatar no gráfico da página seguinte.

**Gráfico n.º 1 – Evolução da população do Concelho de Alcoutim.**



Fonte: elaborado pelos autores, a partir de dados do Recenseamento Geral da População, INE.

Precisando, a projecção de evolução da população tendo por base os últimos quarenta e um anos, de acordo com a metodologia de cálculo<sup>9</sup> que efectuamos, aponta para que em 2101 apenas residam no concelho 418 pessoas, sendo que se mantiver a evolução presente, a população de então será completamente dependente e envelhecida.

#### 4. Diagnósticos prospectivos e intenções de desenvolvimento

Uma consulta aos Planos de Desenvolvimento Regional elaborados para a região do Algarve, torna claro que esta situação era previsível, pelo que se afirmava a necessidade de diminuir a discrepância de desenvolvimento entre o litoral e o interior.

Em termos globais, todos os PDR propõem em comum:

- a implementação de vários tipos de infra-estruturas e equipamentos básicos visando a preservação da equidade social;
- a valorização e preservação dos recursos naturais, construídos e culturais existentes;
- desenvolvimento económico e social.

Detendo-nos sobre este ultimo aspecto, pensamos poder arrumar as várias propostas em duas grandes áreas:

- a) a primeira, admitia a diversificação do modelo económico do Algarve, visando combater a monocultura do turismo; a consolidação da actividade turística no litoral e o desenvolvimento em áreas pouco massificadas, caso de Alcoutim (atribuição da função “T” no relatório do PROT Algarve, p.48); desenvolver o potencial endógeno, numa perspectiva de conservação da natureza, visando a preservação de paisagens, modos de vida e uma economia de subsistência típica

<sup>9</sup> A projecção efectuada pretende elucidar uma situação extrema de declínio, em que o concelho caminha para a extinção se nada for feito para o contrariar. O cálculo efectuada baseia-se no modelo exponencial ( $x_t = e^{R \cdot K}$ ), tendo-se previamente encontrado a taxa de crescimento em contínuo (R);

da serra. Amiúde aparecem referências ao desenvolvimento florestal, caça, actividades silvo - pastorícia ou turístico – artesanais<sup>10</sup>.

- b) A segunda, não contradiz a necessidade de preservação dos recursos atrás referidos, mas assume o turismo como motor de desenvolvimento regional, a diversificação da oferta através de actividades complementares visando a criação de um “cluster” sectorial de relevo. Defende a necessidade de um polo urbano de primeiro plano a nível nacional/ibérico, que viabilize o acesso a equipamentos típicos da grande concentração urbana. Esta opção, (a que vai vingando), tem no contexto actual um enorme poder de atracção face aos territórios limítrofes pelo que, se não forem definidas estratégias de extensão do mesmo ao interior ao encontro do modelo económico vigente, teremos o *efeito eucalipto* ou seja, seca (desertifica) tudo à sua volta.

Recorde-se que o modelo económico vigente produz um valor acrescentado bruto distribuído em termos sectoriais da seguinte forma: agricultura, caça e silvicultura/pescas e aquicultura - 8,2%; Indústrias (incluindo energia) e construção - 14,1%; serviços – 77,6%<sup>11</sup>

## 5. A ocupação do território e o modelo de desenvolvimento

Neste contexto, existe um factor de primordial importância: a relação inegável entre as actividades económicas e a organização do território. Na verdade, toda e qualquer localização é objecto de um processo de decisão que pretende otimizar o saldo dos benefícios e dos custos, seja qual for a escala ou metodologia utilizada. E na actualidade, o modelo vigente privilegia as economias de aglomeração, a concentração/urbanização da sociedade (o principal recurso é o trabalho e a sua especialização na organização) por oposição ao modelo de organização rural em que as necessidades de solo cultiváveis levava à distribuição das famílias pela terra, como forma de minimizar o esforço a desenvolver. “O mercado de trabalho e a qualidade de vida expectável constitui hoje um dos critérios chave da localização. Exige-se em regra, conviver num ambiente sociocultural, educativo e de desporto-lazer, que só os grandes aglomerados urbanos proporcionam”(G. Benco e A. Lipietz, 1994). Porque neste cenário as oportunidades de encontrar emprego são muito superiores às que são oferecidas nas regiões afastadas ou transfronteiriças, é crescente o número de pessoas que acorrem à grande cidade na expectativa de ver a sua vida melhorar. Acresce que para a manutenção da competitividade das empresas é fundamental uma procura permanente da racionalização de processos/ inovação. Como as funções ligadas à concepção, inovação e desenvolvimento tecnológico estão em regra centradas nas grandes metrópoles sendo necessário trocas constantes de informação em tempo real,

---

<sup>10</sup> a propósito do estudo conduzido pelo Prof. D. Bessa (Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos), é referido pelo investigador que a área do Pinhal Interior, predominantemente florestal, é a situação de maior fragilidade, sem densidade institucional, numa zona de transição. Ali foi onde Portugal mudou menos, com uma taxa de urbanização de zero (in *Expresso Economia*, 04.10.2003). Ora o Pinhal Interior apresenta um indicador de PIBpc de 55.6% da média nacional, enquanto Alcoutim se queda pelos 35,9% - INE 2000, Estudo acima referenciado.

<sup>11</sup> INE, Anuário Estatístico da Região do Algarve, 2002: 53 (contas regionais).

não custa imaginar que a tendência seja para a concentração de actividades (*inclusivé* de produção), instalando-se estas na periferia de grandes cidades.

Neste enquadramento, pensamos que Alcoutim e o interior em geral foram em parte vítimas de um processo que procurou pôr ênfase no denominado desenvolvimento endógeno, apelando ao dinamismo das produções locais em pequenas unidades de produção, com relevo para os laços não económicos da comunidade local (identidade cultural, social ou mesmo política), situação que em parte vai de encontro às teses do economista G. Becattini(1987). Porém, em virtude da predominância de recursos humanos envelhecidos, não existe flexibilidade no mercado de trabalho nem receptividade à mudança tecnológica para fazer face à complexidade crescente de métodos e técnicas de produção, nem a indispensável rede de relações privilegiadas com clientes e fornecedores<sup>12</sup>.

Na outra ponta do leque, a economia metropolitana (A. Scott, 1986): organização industrial e crescente urbanização, que já tivemos ocasião de caracterizar brevemente atrás.

Pelo meio, ficam opções de planeamento, quiçá fadadas em bons princípios gerais, mas pouco adaptadas às condições sócio económicas locais<sup>13</sup>, situação que pode tolher seriamente o processo de desenvolvimento e reconversão dos territórios. De facto e reforçando o que atrás dissemos, “sempre que se verificam transformações de base ao nível dos regimes de produção e das formas de actividade económica, podemos contar com alterações correlativas nos modelos de urbanização e de desenvolvimento” (Moulaert e Swyngedouw, 1989). Ora, sendo o Algarve uma região de reduzida dimensão, não faz sentido que não se aproveite o potencial de investimento do sector turístico para deslocalizar a actividade para áreas deprimidas do interior como Alcoutim e a serra em geral, criando uma oferta adicional que pode ser complementar. Esta será provavelmente a melhor forma de preservar a “cultura da serra” pois o factor indispensável à continuação das diversas práticas culturais, é que as pessoas lá permaneçam, em vez de serem compulsivamente urbanizadas.

---

<sup>12</sup> A excepção a esta situação pode acontecer quando existe a produção de um produto específico, com identidade local e gestão profissional, caso do “queijo da Serra da Estrela”, “presunto de Barrancos”, “alheira de Mirandela”. Será o caso do “pão de Martim Longo”?

<sup>13</sup> Em entrevista ao Jornal do Algarve em 21-05-2003, o Presidente da Câmara de Alcoutim refere que “há grupos nacionais com dimensão que pretendem investir no concelho, nomeadamente na área do turismo. No entanto afastam-se quando são confrontados com uma REN (Reserva Ecológica Nacional) que não lhes permite fazer nada”. Em complemento, no Caderno de Economia do Jornal Expresso de 24-01-2004, o Presidente da Câmara de Castro Marim referiu que “na margem oposta do Guadiana em Espanha, estão aprovadas 10 000 camas” em investimentos turísticos.

## **6. Conclusão**

Neste contexto, tendo em atenção os constrangimentos orçamentais para se poder implementar políticas de discriminação positiva face ao interior, pensamos que se devem criar condições para que o modelo económico vigente, tendo como indústria motriz o turismo, se possa estender ao interior (serra), visando a captação de investimentos privados que possibilitem a criação de empregos e a fixação / atracção de populações. É pois imperioso ultrapassar os constrangimentos de planeamento que impeçam projectos devidamente enquadrados de se implantarem no seu território. Caso contrário, a manutenção das actuais condições levará à desertificação humana da serra, à perda dos investimentos realizados em equipamentos visando a equidade social e à extinção a prazo das autarquias existentes. No caso de Alcoutim, um interior próximo servido por uma auto estrada chamada Rio Guadiana, seria lamentável que o século em que comemora os setecentos anos de Foral, pudesse vir a ser o da sua extinção.

## **Bibliografia**

- AMAL (1999) “*Plano estratégico de Desenvolvimento da região do Algarve*”, Faro, Ed. Associação dos Municípios do Algarve.
- Becattini, G. (1987) “*Mercato e Forze locali: Il Dietretto industriale*”, Bolonha, Il Mulino.
- Benco, G. e A. Lipietz (1994) “*As Regiões Ganhadoras*”, Ed. Celta.
- Cardoso, C. (1997) *Fichas Concelhias*, Faro, CCRA.
- Carrasqueira, H. (1998) “*A Dimensão Regional e a Integração na Economia Global*”, Congresso sobre Regionalização, Circulo Teixeira Gomes- Associação pelo Algarve, D.Pedro Vilamoura.
- CCRA (1985) “*Plano de Desenvolvimento Regional do Algarve – 1986-90*”.
- CCRA (1990) “*Plano de Desenvolvimento Regional do Algarve 1990-1994*”.
- CCRA (1993) “*Plano de Desenvolvimento Regional do Algarve 1994-1999*”.
- CCRA (1997) “*Evolução demográfica da região do Algarve*”, Maio 1997.
- CCRA (1990) “*Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve - Relatório*”, Faro, Ed. CCR-MPAT.
- CCRA (2000) “*O Algarve em Números*”, Ed. CCRA.
- Chaves, C., E. Maciel, P. Guimarães e J. Ribeiro (2000) “*Instrumentos Estatísticos de Apoio à Economia*”, McGrawHill.
- Dufour, J. (1973) «*Croissance contre développement ?* » citado por Lopes, A.- (1984) “*Desenvolvimento Regional*”, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 2ªed..
- Expresso Economia, “*As Seis Regiões Deprimidas*”, 04.10.2003.
- Expresso Economia, “*Golfe em Castro Marim*”, 24.01.2004.
- Expresso Economia, “*Digital Contra Metrópoles*”, 13.09.2003.
- INE (2002) “*Anuário Estatístico da Região do Algarve*”.
- INE (1991), “*XIII Recenseamento Geral da População*”.
- INE (2001), “*XIV Recenseamento Geral da População*”.
- INE (2002), “*Estudo Sobre o Poder de Compra Concelhio*”.
- INE (2002) “*Região do Algarve em Números*”, Direcção Regional do Algarve.
- INE (1997; 2000; 2002) “*Estudo sobre o Poder de Compra*”, Coimbra, Núcleo de Estudos regionais da Região Centro.
- Jornal do Algarve, “*Alcoutim Luta Desesperadamente Pela Sobrevivência*”, 21.05.2003.
- Lopes, A. (1984) “*Desenvolvimento Regional*”, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 2ªed.
- Moulaert, F. e E. Swyngedouw (1989) “*A regulation approach to the geography of flexible production system*”, Environment and planning D: Society and Space, vol. 7, nº3, 327-345.
- PNUD (1998) *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Queluz, Ed. Mensagem.
- PNUD (2003) *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Queluz, Ed. Mensagem.
- Jornal “O Público” (2003) “*Mais de um terço de Portugal em risco de desertificação*” 17-06-2003.
- Rodrigues, L. e A. Pires (2003) “*Crescimento versus Desenvolvimento: as Assimetrias Persistentes*”, Trabalho Disciplina de Projecto não publicado, Escola Superior de Gestão Hotelaria e Turismo.
- Scott, A. (1986) “*Industrial organization and location: division of labour, the firm and special process*”, Economic Geography, vol.62, nº.3, 214-231

## Anexo I - Metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano.

Este índice integra três dimensões fundamentais do bem-estar humano: longevidade, nível educacional e padrão de vida.

Para efeitos de medição estas três dimensões são expressas nas seguintes variáveis (Chaves, C., 2000):

- a **longevidade** é obtida a partir da Esperança de Vida à Nascimento (EVN)<sup>10</sup> considerando como valor mínimo 25 anos e o máximo de 85 anos;
- o **nível educacional** (NE) que inclui a Taxa de Alfabetização Adulta (TAA)<sup>11</sup> e a Taxa de Escolaridade Conjunta (TEC)<sup>12</sup> que será a média aritmética simples dos valores percentuais dos níveis primário, secundário e superior, tendo a primeira um valor mínimo de 0% e máximo de 100% e uma ponderação de dois terços, e a segunda os mesmos valores mínimo e máximo e uma ponderação de um terço;
- e o **PIB real per capita**<sup>13</sup> medido em Paridade de Poder de Compra (PPC), isto é, quantidade de moeda de um país que é necessária para comprar o mesmo cabaz representativo de bens e serviços nos Estados Unidos, caso seja o dólar, como é usual, a moeda de referência. Este terá um valor mínimo de 100 e máximo de 40 000 dólares PPC.

Estas componentes do IDH são calculadas separadamente de acordo com as seguintes fórmulas:

$$I^X = \frac{X_i - X_{\min}}{X_{\max} - X_{\min}} \quad (1)$$

$I^X$  = Índice da variável referenciada.  
 $X_i$  = Valor real da variável.

---

<sup>10</sup> Número de anos que viveria uma criança se os padrões de mortalidade prevalentes no momento do seu nascimento se mantivessem idênticos ao longo da sua vida.

<sup>11</sup> Percentagem da população com 15 ou mais anos que pode, com compreensão, ler e escrever um texto pequeno e simples sobre o quotidiano.

<sup>12</sup> Número de estudantes inscritos num nível de educação, pertencentes ao grupo de idades para esse nível, em percentagem da população correspondente ao grupo de idades para esse nível.

<sup>13</sup> Relação entre o PIB nacional e a população do país.

**Quadro n.º 5- Elementos auxiliares para o cálculo do IDH para qualquer País.**

VARIÁVEL	MÍNIMO	MÁXIMO	ÍNDICES
Esperança de Vida à Nascença (Anos)	25	85	$I_i^{EVN} = \frac{EVN_i - 25}{85 - 25}$
Nível Educacional (%)	0%	100%	$I_i^{NE} = \frac{2 \cdot I_i^{TAA} + I_i^{TEC}}{3} = \frac{2}{3} \cdot \frac{TAA_i}{100} + \frac{1}{3} \cdot \frac{TEC_i}{100}$
PIB real <i>per capita</i> ajustado (USD)	100	40 000	$I_i^{PIB_{pc}} = \frac{PIB_{pc_i} - 100}{40000 - 100}$

Adaptado de (Chaves, C. 2000)

Para se calcular o índice do PIB utiliza-se o PIB *per capita* ajustado, porque para alcançar um padrão de vida decente não é necessário um rendimento ilimitado. A partir de determinado valor assume-se que posteriores aumentos no rendimento *per capita* têm uma contribuição marginal decrescente para o desenvolvimento humano. Desta forma é utilizado o logaritmo de rendimento:

$$\text{Índice do PIB} = \frac{\log(x) - \log(100)}{\log(40000) - \log(100)} \quad (2)$$

$x$  = valor em dólares do PIB pc num determinado país ou região.

Para que a combinação deste indicadores seja possível uma vez que são expressos em unidades de medida diferentes, (a EVN é expressa em anos de vida, o NE em percentagem e o PIB *per capita* em dólares ajustados ao poder de compra), os diversos valores são calculados como uma média aritmética simples de “índices elementares” e colocados numa escala de zero a um, onde zero é o mínimo e um o máximo (PNUD 1998):

$$I^{IDH} = \frac{I^{EVN} + I^{NE} + I^{PIB_{pc}}}{3} \quad (3)$$

Para além de possibilitar, embora com algumas limitações, a quantificação do IDH, este índice, constitui uma medida agregada e geral do desenvolvimento humano num dado país, permitindo a sua colocação numa perspectiva global, uma vez que todos os países do mundo são classificados em três grupos: países com Desenvolvimento Humano baixo (IDH até 0,499); países com Desenvolvimento Humano médio (IDH entre 0,500 e 0,799); países com Desenvolvimento Humano elevado (IDH igual ou superior a 0,800).

A finalidade do IDH não visa apenas colocar os países nesta classificação, mas também revelar os progressos e as lacunas das estratégias de desenvolvimento dos países. O IDH utiliza as condições de vida do ser humano como barómetro de medição do desenvolvimento procurando ir além do alcançado pelos indicadores tradicionais macro-económicos. A operacionalização desta metodologia aos concelhos de Alcoutim e Faro, deu origem aos resultados apresentados no corpo do presente artigo.

## Anexo II – Aproximação do poder de compra de Alcoutim à média do Algarve.

O nível de poder de compra *per capita* de Alcoutim é de 0,40 do Algarve ( $Y_a = 0,40 A$ );

A taxa de crescimento anual do poder de compra no Algarve entre 1997 e 2002 foi de 0,462% ao ano, em média ( $A = 0,00462$ ) e de 1,168% em Alcoutim ( $a = 0,01168$ ), segundo o (s) Estudo de Poder de Compra Concelhio de 1997 e 2002 - INE;

A introdução dos dados na relação (4) e a sua resolução em ordem a  $n$ , diz-nos que seriam necessários aproximadamente 131 anos para se dar a igualização dos níveis de rendimento.

$$Y_a(1+a)^n = Y_A(1+A)^n \quad (4)$$

$A$  = taxa média de crescimento anual do PIBpc do Algarve.

$a$  = taxa média de crescimento anual do PIBpc de Alcoutim.

$Y_A$  = Nível do PIBpc do Algarve.

$Y_a$  = Nível do PIBpc de Alcoutim.

### Anexo III - Receitas das Câmaras Municipais 2000.

Quadro n.º 6 – Receitas da Câmara Municipal de Alcoutim face à média das Câmaras do Algarve em 2000.

	Total de receitas	Receitas Correntes					Receitas de capital		
		Total	Imposto Munic. S/veículos	Imposto Munic. de sisa	Contribuição autárquica.	Fundos municipais	Total	Empréstimos	Fundos municipais
10 <sup>3</sup> Euros									
<b>Algarve</b>	331581	212948	3487	49609	51539	43373	118633	21784	29163
<b>Alcoutim</b>	7568	4824	33	1082	825	1906	2744	0	1271
<b>% de Alcoutim</b>	2,28	2,27	0,95	2,18	1,6	4,39	2,31	0	4,36
<b>% de Alcoutim face à média das 16 Câmaras</b>	36,6	36,2	15,1	35,0	25,6	70,3	37,0	0	69,7

Fonte: INE (2002), Anuário Estatístico da região do Algarve.

## Anexo IV - Análise Demográfica.

**Quadro n.º 7 - Quadro comparativo da evolução da população segundo os grupos etários.**

	População c/mentos de 15 anos			População entre os 15 e os 64 anos			População com mais de 65 anos		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
<b>Algarve</b>	68 121	60 964	57 830	204 216	221 376	264 396	51 397	59 095	73 826
<b>Alcoutim</b>	<b>844</b>	<b>583</b>	<b>323</b>	<b>3 054</b>	<b>2 522</b>	<b>1 937</b>	<b>1 364</b>	<b>1 466</b>	<b>1 510</b>
<b>Litoral</b>	--	43 866	43 050	--	152 137	191 085	--	33 285	44 194
<b>Barrocal</b>	--	12 094	11 146	--	46 201	52 433	--	15 022	17 797
<b>Serra</b>	--	4 984	3 536	--	23 028	20 355	--	10 788	11 578

Fonte: Elaborado pelos autores, fonte dos dados INE, 2001; INE, 1991 e CCRA, 1997.

**Quadro n.º 8 - Quadro comparativo da evolução dos índices de Dependência, Envelhecimento e da Densidade Populacional.**

	Índice de Dependência			Índice de Envelhecimento			Densidade Populacional		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
<b>Algarve</b>	58,4%	54,2%	49,8%	75,2%	96,9%	127,7%	64,8	68,4	79,3
<b>Alcoutim</b>	<b>72,3%</b>	<b>81,2%</b>	<b>94,6%</b>	<b>44,7%</b>	<b>251,5%</b>	<b>467,7%</b>	<b>9,1</b>	<b>7,9</b>	<b>6,5</b>
<b>Litoral</b>	--	50,7%	45,7%	--	75,9%	102,7%	186,2	204,1	247,7
<b>Barrocal</b>	--	58,7%	55,2%	--	124,2%	159,7%	55,2	58,7	65,1
<b>Serra</b>	--	68,5%	74,3%	--	216,5%	327,4%	17,3	14,8	13,5

Fonte: Elaborado pelos autores, fonte dos dados INE, 2001; INE, 1991 e CCRA, 1997.

Nota: o índice de envelhecimento de Alcoutim e do Algarve em 1981 e o de dependência total de 1981 tem como fonte CCRA, Evolução demográfica da região do Algarve, Maio 1997;

$$\text{Índice de Envelhecimento} = \frac{\text{Pop. Idade} > 65 \text{ anos}}{\text{Pop. Idade} < 15 \text{ anos}} \times 100 \quad (5)$$

Exprime a relação entre a população idosa e a população jovem, isto é, o numero de idosos por cada 100 jovens;

$$\text{Índice de Dependência total} = \frac{\text{Pop. Idade} < 15 \text{ anos} + \text{Pop. Idade} > 65 \text{ anos}}{\text{Pop. Idade} 15/64 \text{ anos}} \times 100 \quad (6)$$

Exprime a relação entre a população dependente (jovens e idosos) e a população activa.

$$\text{Densidade Populacional} = \frac{\text{Pop. Residente}}{\text{Area (Km}^2\text{)}} \quad (7)$$

Índice de Densidade Populacional: exprime a relação entre a população e uma determinada área em Km<sup>2</sup>.